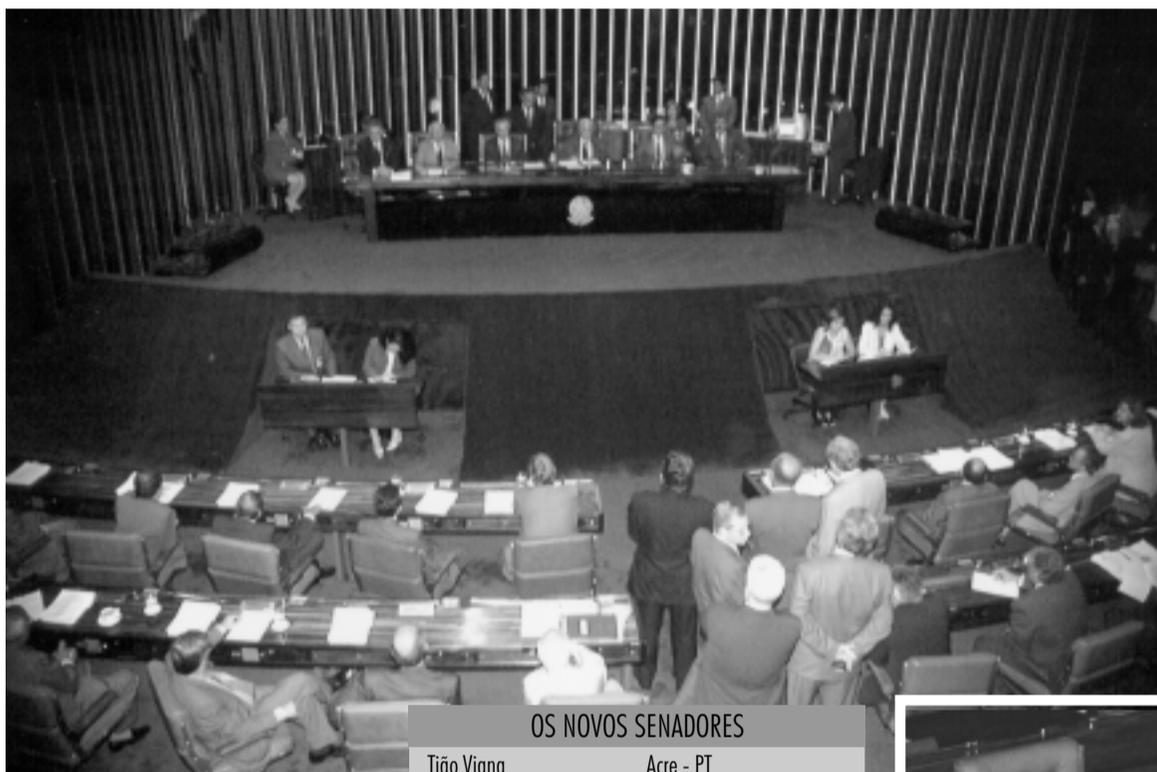


## Nova legislatura começa hoje com a posse de 27 senadores

Eleitos em outubro do ano passado assumem suas cadeiras às 15h, renovando um terço da composição do Senado Federal. Em seguida, os 81 senadores elegem o presidente e os integrantes da Mesa Diretora para os próximos dois anos



Tomam posse hoje, às 15h, no plenário, os 27 senadores eleitos em outubro do ano passado para um mandato de oito anos. Com a renovação de um terço de sua composição, o Senado Federal dá início à 51ª Legislatura.

Logo após a posse, os 81 senadores vão eleger a Mesa que dirigirá a Casa nos próximos dois anos. A primeira sessão legislativa ordinária será instalada no dia 22.

Dos 27 senadores que to-

mam posse hoje, cinco já detêm mandato e conquistaram a reeleição em outubro; outros cinco ocuparam anteriormente cadeiras no Senado e estão retornando agora.

A composição partidária do Senado é alterada a partir de hoje, tornando-se o PMDB a maior bancada, com 27 senadores; o PFL fica com 20; o PSDB, com 16; o PT, com sete; o PPB, com três; o PDT, com três; o PSB, com três; o PTB, com um; e o PPS com um.

Página 3

### Congresso fez o que a sociedade esperava, diz Geraldo Melo

O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, considera que o Congresso cumpriu o que a sociedade esperava durante a convocação extraordinária, "por mais difíceis ou polêmicas que tenham sido algumas decisões". Ele fez um balanço dos trabalhos ao iniciar a sessão plenária de sexta-feira, a última da 50ª Legislatura.

PÁGINA 4

#### OS NOVOS SENADORES

Tião Viana	Acre - PT
Heloísa Helena	Alagoas - PT
Gilberto Mestrinho	Amazonas - PMDB
Paulo Souto	Bahia - PFL
Luiz Pontes	Ceará - PSDB
Luiz Estevão	Distrito Federal - PMDB
Paulo Hartung	Espírito Santo - PSDB
Maguito Vilela	Goiás - PMDB
João Alberto	Maranhão - PMDB
Antero Paes Barros	Mato Grosso - PSDB
Juvêncio César da Fonseca	Mato Grosso do Sul - PMDB
José Alencar	Minas Gerais - PMDB
Luiz Otávio	Pará - PPB
Álvaro Dias	Paraná - PSDB
José Jorge	Pernambuco - PFL
Alberto Silva	Piauí - PMDB
Saturnino Braga	Rio de Janeiro - PSB
Amir Lando	Rondônia - PMDB
Mozarildo Cavalcanti	Roraima - PFL
Jorge Bornhausen	Santa Catarina - PFL
Maria do Carmo	Sergipe - PFL
Eduardo Siqueira Campos	Tocantins - PFL

#### OS REELEITOS

José Sarney	Amapá - PMDB
Pedro Simon	Rio Grande do Sul - PMDB
Ney Suassuna	Paraíba - PMDB
Fernando Bezerra	Rio Grande do Norte - PMDB
Eduardo Suplicy	São Paulo - PT



**A** senadora Marina Silva denunciou em plenário, na sexta-feira, a exploração ilegal de madeira na Amazônia por contraventores peruanos. Ela informou já ter pedido providências pessoalmente aos ministros do Exército, Meio Ambiente e Relações Exteriores e ao diretor-geral da Polícia Federal. Conforme Marina Silva, já se registrou a derrubada de duas mil árvores, resultando num prejuízo de US\$ 12 milhões.

PÁGINA 8

## Publicada norma para contribuição de funcionários

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou, e já foi publicada no *Diário Oficial* da União da última sexta-feira, a lei que cria contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas da União e aumenta a alíquota cobrada dos servidores da ativa. O projeto havia sido aprovado pelos senadores na última terça-feira, dia 26 de janeiro.

A lei determina que a partir de 1º de maio aposentados e pensionistas que recebem mais de R\$ 600,00 por mês terão desconto permanente de 11% de contribuição previdenciária. Até R\$ 600,00, não haverá contribuição. Será cobrado um adicional de 9 pontos percentuais para aposentadorias e pensões de R\$ 1.200,01 a R\$ 2.500,00 e de 14 pontos percentuais sobre a faixa que exceder a R\$ 2.500,00.

Ficam isentos os aposentados e pensionistas que têm mais de 70 anos ou se aposentaram por invalidez, desde que seus proventos não passem de R\$ 3.000,00 por mês.

Já os servidores federais da ativa, que pagam 11% de contribuição previdenciária, também terão adicionais de 9 pontos percentuais para salários de R\$ 1.200,01 a R\$ 2.500,00 e de 14 pontos para a parte do salário que ultrapassar R\$ 2.500,00.

A nova lei estabelece que todos os adicionais, tanto para aposentados quanto para ativos, serão extintos depois de 31 de dezembro de 2002, permanecendo para todos a alíquota de 11% (exceto para aposentadorias de até R\$ 600,00).

As novas alíquotas trarão uma receita adicional de R\$ 4,19 bilhões por ano, conforme números do Ministério da Previdência Social. As mudanças são consideradas fundamentais pelo governo para o ajuste fiscal das contas federais, proposto ao Congresso pelo presidente da República no final de outubro passado. Todas as medidas do ajuste já foram aprovadas pelo Senado.

# Vira lei projeto que facilita ocupação do solo urbano

Texto sancionado pelo presidente da República permite regularizar imóveis com processo de desapropriação em andamento na Justiça

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou sexta-feira, com vetos a três parágrafos, a Lei 9.785, que cria condições para parcelamento do solo urbano, com vistas à construção de conjuntos habitacionais para pessoas de baixa renda, mesmo que os processos de desapropriação ainda estejam no âmbito da Justiça. O projeto transformado em lei havia sido aprovado pelo Senado em 7 de janeiro, durante a convocação extraordinária.

Para o relator do projeto, então senador Josaphat Marinho (PFL-

BA), a medida tem grande alcance social porque agilizará a construção de moradias para carentes. Segundo ele, o grande empecilho para o parcelamento do solo até hoje tem sido a inoperância do poder público, que desapropria os terrenos e não paga as devidas indenizações aos proprietários. "O Estado é um grande caloteiro, não paga o que deve. Às vezes, termina castigado porque a Justiça cobra juros e correção monetária e ele acaba pagando indenizações milionárias, com dez ou 15 anos de atraso."



Josaphat Marinho diz que a lei agilizará a construção de moradia para a população carente

## Processo administrativo tem novas regras

O presidente da República também sancionou sexta-feira outro projeto de lei votado pelo Senado Federal no dia 7 de janeiro: aquele que regulamenta o processo administrativo no serviço público federal. O projeto, de autoria do Poder Executivo, foi aprovado com as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados.

Durante a discussão da matéria, o relator, senador Franceli-

no Pereira (PFL-MG), destacou que o projeto atende a uma aspiração da sociedade com relação ao acesso às decisões administrativas e estabelece a moralidade como princípio norteador da administração.

A nova lei fixa critérios a serem observados no processo administrativo, como o atendimento aos fins de interesse geral, a divulgação oficial dos atos administrati-

vos, a observância das formalidades essenciais, a adoção de formas simples, o direito à produção de provas e a proibição de despesas processuais (salvo quando previstas em lei), entre outros.

Além dos direitos do cidadão, o novo texto legal estabelece também seus deveres, como a exposição verdadeira dos fatos e a prestação de informações que lhe forem solicitadas.

## Gilvam condena declarações de Hélio Jaguaribe

A entrevista do cientista político Hélio Jaguaribe publicada semana passada nas páginas amarelas da revista *Véja* foi condenada sexta-feira pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

Jaguaribe afirmou que na região amazônica encontram-se apenas "índios e onças", o que causou a indignação do senador do Amapá, que apresentou



Gilvam Borges protestou contra os preconceitos manifestados em relação à região Norte do país

requerimento à Mesa Diretora, solicitando voto de censura "ao conteúdo difamatório das afirmações de Jaguaribe".

Para Gilvam, a publicação da entrevista constitui um deslize no padrão editorial da revista, para a qual enviou carta em repúdio às declarações do cientista político.

— Poderia até engrossar o coro dos que atribuem sua frouxidão de

linguagem a sinais de senilidade. Prefiro, porém, tomar o caminho mais sério no exame de sua infeliz declaração, não na qualidade de índio, nem de onça, mas de gente honesta, laboriosa, bem menos selvagem do que supõe o senhor Jaguaribe — completou Gilvam.

Ele se disse assombrado com os preconceitos demonstrados por Jaguaribe. Para Gilvam, cujas palavras foram encampadas pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), o cientista teria afrontado vários preceitos constitucionais.

## Nabor defende "soldados da borracha"

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) fez sexta-feira um apelo ao ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas, em favor dos "soldados da borracha", nordestinos que durante a II Guerra Mundial foram levados à Amazônia para trabalhar nos seringais e ajudar no esforço de guerra. Ele protestou contra as exigências legais, que julga exageradas, feitas a esses trabalhadores ou seus sucessores para terem direito a pensão. O benefício, no valor de dois salários mínimos, foi inserido nas disposições transitórias da Constituição de 88, por emenda do próprio Nabor.

A pensão aos "soldados da borracha" (artigo 54 das Disposições Transitórias), segundo ele, começou a ser regulamentada com a Lei 7.986, de 89. Nabor lamentou que sete anos depois tenha surgido "uma grande e danosa mudança na sistemática de habilitação, com a Ordem de Serviço nº 582, de 1997, do INSS, que exigiu provas materiais como fundamento para a simples abertura dos processos de habilitação, "fulminando os pedidos baseados exclusivamente em provas testemunhais".



Para Nabor Júnior, provas testemunhais devem ser aceitas pela Previdência Social



### AGENDA

TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1999

▶ 15h - Posse dos senadores eleitos e eleição da Mesa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Os 81 senadores — entre os quais os 27 eleitos em outubro — participarão hoje da eleição da Mesa que dirigirá o Senado pelos próximos dois anos

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 51ª LEGISLATURA

(\*) os primeiros nomes de cada Estado elegeram-se em 4 de outubro passado

### ACRE

Tião Viana (PT)  
Marina Silva (PT)  
Nabor Júnior (PMDB)

### ALAGOAS

Helôisa Helena (PT)  
Djalma Falcão (PMDB)  
Teotônio Vilela Filho (PSDB)

### AMAPÁ

José Sarney (PMDB)  
Gilvam Borges (PMDB)  
Sebastião Rocha (PDT)

### AMAZONAS

Gilberto Mestrinho (PMDB)  
Bernardo Cabral (PFL)  
Jefferson Péres (PDT)

### BAHIA

Paulo Souto (PFL)  
Antonio Carlos Magalhães (PFL)  
Djalma Bessa (PFL)

### CEARÁ

Luiz Pontes (PSDB)  
Lúcio Alcântara (PSDB)  
Sérgio Machado (PSDB)

### DISTRITO FEDERAL

Luiz Estevão (PMDB)  
José Roberto Arruda (PSDB)  
Lauro Campos (PT)

### ESPÍRITO SANTO

Paulo Hartung (PSDB)  
Gerson Camata (PMDB)  
Luzia Toledo (PSDB)

### GOIÁS

Maguito Vilela (PMDB)  
Iris Rezende (PMDB)  
Mauro Miranda (PMDB)

### MARANHÃO

João Alberto (PMDB)  
Bello Parga (PFL)  
Edison Lobão (PFL)

### MATO GROSSO

Antero Paes Barros (PSDB)  
Carlos Bezerra (PMDB)  
Jonas Pinheiro (PFL)

### MATO GROSSO DO SUL

Juvêncio César da Fonseca (PMDB)  
Lúdio Coelho (PSDB)  
Ramez Tebet (PMDB)

### MINAS GERAIS

José Alencar (PMDB)  
Arlindo Porto (PTB)  
Francelino Pereira (PFL)

### PARÁ

Luiz Otávio (PPB)  
Ademir Andrade (PSB)  
Jader Barbalho (PMDB)

### PARAÍBA

Ney Suassuna (PMDB)  
Ronaldo Cunha Lima (PMDB)  
Wellington Roberto (PMDB)

### PARANÁ

Ávaro Dias (PSDB)  
Osmar Dias (PSDB)  
Roberto Requião (PMDB)

### PERNAMBUCO

José Jorge (PFL)  
Carlos Wilson (PSDB)  
Roberto Freire (PPS)

### PIAUI

Alberto Silva (PMDB)  
Freitas Neto (PFL)  
Hugo Napoleão (PFL)

### RIO DE JANEIRO

Saturnino Braga (PSB)  
Artur da Távola (PSDB)  
Geraldo Cândido (PT)

### RIO GRANDE DO NORTE

Fernando Bezerra (PMDB)  
Geraldo Melo (PSDB)  
José Agripino (PFL)

### RIO GRANDE DO SUL

Pedro Simon (PMDB)  
Emília Fernandes (PDT)  
José Fogaça (PMDB)

### RONDÔNIA

Amir Lando (PMDB)  
Ernandes Amorim (PPB)  
Moreira Mendes (PFL)

### RORAIMA

Mozarildo Cavalcanti (PFL)  
Marluce Pinto (PMDB)  
Romero Jucá (PSDB)

### SANTA CATARINA

Jorge Bornhausen (PFL)  
Casildo Maldaner (PMDB)  
Geraldo Althoff (PFL)

### SÃO PAULO

Eduardo Suplicy (PT)  
Pedro Piva (PSDB)  
Romeu Tuma (PFL)

### SERGIPE

Maria do Carmo (PFL)  
Antônio Carlos Valadares (PSB)  
José Eduardo Dutra (PT)

### TOCANTINS

Eduardo Siqueira Campos (PFL)  
Carlos Patrocínio (PFL)  
Leomar Quintanilha (PPB)

# Tomam posse hoje os 27 senadores eleitos em 1998

Cinco deles foram reeleitos para mais oito anos e cinco outros, que já haviam exercido mandatos no passado, retornam à Casa neste ano

Os 27 senadores eleitos em outubro do ano passado para um mandato de oito anos tomarão posse hoje, às 15h. A seguir, os 81 senadores vão eleger a Mesa que dirigirá o Senado nos próximos dois anos. Dos 27 empossados, cinco exercem mandato de senador na atual legislatura e foram reeleitos (José Sarney, Ney Suassuna, Fernando Bezerra, Pedro Simon e Eduardo Suplicy).

A primeira sessão legislativa ordinária da próxima legislatura será instalada no dia 22 de fevereiro. O mandato de senador não será novidade para muitos que tomam pos-

se nesta segunda, além dos cinco reeleitos. Saturnino Braga, Álvaro Dias, Alberto Silva, Amir Lando e Jorge Bornhausen já exerceram mandatos no passado.

Com a posse dos novos senadores, fica alterada a composição partidária no Senado. Dos partidos que dão sustentação ao governo, o PMDB e o PSDB aumentam suas bancadas. O PMDB inicia a 51ª Legislatura com a maior bancada, passando de 22 para 27 senadores, enquanto os tucanos passam de 12 para 16 senadores. O PFL perde três cadeiras, ficando com 20 senado-

res; o PPB diminui sua bancada de sete para três senadores e o PTB, que tinha três representantes, fica com apenas um.

O Bloco Oposição terá na próxima legislatura uma bancada maior, pulando de 12 cadeiras para 14, incluindo o senador amazonense Jefferson Péres, que deixou o PSDB na última quinta-feira e se filiou ao PDT.

As mulheres continuarão com seis cadeiras no Senado, ou seja, pouco mais de 7%. Em outubro, foram eleitas para o Senado duas mulheres, enquanto duas tiveram seu mandato encerrado agora.

## Atribuições incluem controle da dívida

Além das atribuições comuns aos deputados federais, como votação de projetos de lei e propostas de emenda constitucional, os senadores possuem uma série de funções privativas, que vão desde o controle do endividamento da União, dos estados e dos municípios até a aprovação prévia da escolha de autoridades.

Rolagem de dívida, aumento de endividamento ou tomada de empréstimo por parte da União, dos estados ou dos municípios precisam da autorização dos senadores. A autorização para operações externas de natureza financeira, de interesse da União, estados e municípios e a fixação de seus limites de endividamento global

são algumas das competências privativas do Senado fixadas pela Constituição.

No que se refere à aprovação de autoridades, cabe aos senadores aprovar previamente, após arguição, os nomes indicados pelo presidente da República para ocuparem cargos como ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, presidentes e diretores do Banco Central, embaixadores e procurador-geral da República. Cabe ainda aos senadores processar e julgar o presidente e o vice, os ministros do STF, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União nos crimes de responsabilidade.



# Congresso atendeu às expectativas, diz Melo

Ao avaliar os trabalhos da convocação extraordinária, o senador lembrou a aprovação do Orçamento para 1999 e da emenda da CPME, além de quatro medidas provisórias

Ao abrir a sessão de sexta-feira, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) fez um balanço dos trabalhos da convocação extraordinária e afirmou que, por mais difíceis ou polêmicas que tenham sido algumas decisões, o Congresso cumpriu a tarefa que a sociedade esperava. Na presidência da última sessão neste período, Melo destacou a apreciação, pelo plenário do Senado, de 28 proposições.

O primeiro-vice-presidente do Senado detalhou que foram examinados sete projetos de lei, seis projetos de decreto legislativo, dois projetos de resolução e 12 indicações de autoridades para postos no Brasil e no exterior. Além desses, foi aprovada a proposta de emenda constitucional que prorroga a CPME. Citou também as quatro medidas provisórias e o projeto de lei que estima e fixa as despesas da União – o Orçamento federal para o exercício de 1999 – aprovados em duas sessões do Congresso Nacional.

A proposta de emenda à Constituição, assim como um dos projetos de lei, foi enviada à Câmara dos Deputados. Geraldo Melo lembrou ainda que



Geraldo Melo afirmou que o Congresso foi responsável e sensível aos apelos da sociedade por urgência nas votações

houve seis projetos aprovados e enviados à sanção, oito projetos aprovados e enviados à promulgação – sendo cinco acordos internacionais, duas operações de crédito e uma matéria administrativa – e ainda três mensagens relativas a escolha de autoridades e nove relacionadas com a designação de novos embaixadores.

O senador ressaltou, no entanto, ser necessário que a opinião pública tome conhecimento de que “a simples enunciação numérica das matérias apreciadas e aprovadas

não expressa as dimensões do trabalho realizado para que as aprovações pudessem acontecer”. Afirmou que “a aprovação significa o coroamento de um processo de exame, de discussão, de apreciação, de emissão de pareceres, de discussão de pareceres, que constituem, todos juntos, a massa de trabalhos dos membros do Congresso federal”.

– Acredito que posso dizer que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, cada um por si, e o Congresso Nacional conjuntamente, rea-

lizaram, nesse período, a tarefa que a sociedade deles esperava. Por mais polêmicas – e às vezes, difíceis – que tenham sido essas decisões, o Congresso Nacional teve a sensibilidade de atender a convocação que lhe fazia a sociedade no sentido de dar o caráter urgente às medidas que, perante toda a opinião pública, foram apresentadas como prementes e para as quais se precisava de decisão imediatamente. O Congresso do Brasil não faltou, portanto, ao seu dever e à sua responsabilidade pública.

# Marluce fala sobre emoção do final da legislatura

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) ocupou a tribuna do Senado na sexta-feira para ressaltar a emoção dos parlamentares ao final de uma legislatura, seja pela despedida dos que não continuarão participando das atividades políticas na Casa, seja pela lembrança das decisões difíceis que os senadores tiveram de tomar ao longo do ano.

Dizendo-se com a consciência tranqüila, Marluce destacou que “acima de nossos desejos pessoais, acima de interesses de grupos e acima até mesmo de interesses coletivos de classes, estão os interesses do país”.

Após homenagear os parlamentares ausentes, a senadora destacou que “vivemos, nesta Casa, o pulsar da nação brasileira”. Marluce lembrou que “de cada um de nós, a cada dia, decisões são requeridas e precisam ser tomadas. E cada uma dessas decisões, sabemos na alma, pode afetar, de forma contrária, esse ou aquele cidadão, esta ou aquela comunidade, este ou aquele interesse. Mas somos conscientes, também, de que sacrifícios individuais são necessários em favor da maioria”.

Segundo Marluce Pinto, “a nenhum de nós, senadores, foi fácil dizer sim aos ajustes fiscais e econômicos recém-impostos”. Entre erros e acertos, julga a parlamentar, “o pêndulo da balança pende favoravelmente às boas causas”.

Ao concluir, Marluce fez um apelo a todos os colegas senadores para que jamais se esqueçam das lutas que dizem respeito a todos. Entre essas, a senadora lembrou duas: “a luta contra as desigualdades inter-regionais que separam a família brasileira e a luta contra a mais cruel e infame de todas as agressões praticadas contra a pessoa humana, que é a degradação da infância e da adolescência”.



Marluce pediu aos senadores que combatam as desigualdades

# Cabral registra editorial de *O Globo* sobre convocação

Ao registrar editorial publicado na edição de sexta-feira do jornal *O Globo*, com elogios ao desempenho do Congresso durante a convocação extraordinária, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) falou da importância do Poder Legislativo para a manutenção da democracia no país. E afirmou que, tão fundamental quanto o trabalho desenvolvido por senadores e deputados no plenário, é a participação nas diversas comissões das duas Casas.

Sob o título de *O papel do Congresso*, o editorial classifica como “surpreendente” a resposta que o Congresso Nacional tem dado à crise. Diz ainda que a convocação extraordinária foi extremamente “profícua”, quando deputados e senadores avaliaram todos os temas importantes em pauta e ainda anteciparam votações relevantes.

Em outro trecho, o editorial considera que a autoconvocação do Congresso para a primeira semana de fevereiro é o “coroamento” do processo. Na conclusão, lida pelo senador Bernardo Cabral, o texto de

*O Globo* afirma que “desta vez, não se poderá dizer que o Congresso está deixando de fazer a parte que lhe cabe na implementação necessária de medidas impopulares”.

– A imprensa agora está se dando conta de que, quando o Legislativo não funciona, a democracia está de luto – comentou Cabral, acrescentando que todos os que se preocupam com a defesa do Congresso sabem que o Legislativo é criticado muitas vezes, umas com razão, outras injustamente.

O senador citou algumas matérias importantes que o Congresso apreciou durante a convocação extraordinária. Entre elas, a proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPME) e altera sua alíquota e os projetos de lei que tratam da extinção progressiva dos manicômios e do ensino no Exército brasileiro.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou que dificilmente o trabalho do Con-



Bernardo Cabral lembrou a importância do Legislativo para a democracia no país

gresso recebe críticas favoráveis da imprensa. Já o senador Paulo Guerra (PMDB-AP) classificou Bernardo Cabral de “testemunha viva e importante personagem na luta do Congresso em defesa do estado de direito, da liberdade e do bem-estar social”.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) argumentou que os senadores não se devem iludir com os elogios do jornal *O Globo*. Em sua opinião, se o Congresso tivesse recusado algumas das propostas apresentadas pelo governo, a

crítica teria sido “impiedosa”.

O senador João Rocha (PFL-TO) enalteceu o trabalho de Bernardo Cabral como relator da Assembleia Nacional Constituinte e como presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Encerrando a série de apartes, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) qualificou o senador pelo Amazonas de “um homem que não se prende aos holofotes nem se dobra ao poder quando as coisas não estão certas”.

# João Rocha relembra luta por Tocantins e pelo país

Ao despedir-se do Senado, parlamentar faz balanço das atividades desempenhadas durante o mandato, destacando esforço para consolidar seu estado e o apoio à modernização econômica do Brasil

Ao despedir-se do Senado na sexta-feira, o senador João Rocha (PFL-TO) fez um balanço de sua atividade parlamentar, marcada principalmente pelo combate às desigualdades regionais e sociais, "por ver nesse problema um dos principais entraves ao pleno desenvolvimento do país e à redução da pobreza e da miséria".

O senador relembrou que, atuando na iniciativa privada, associou-se à causa separatista pela criação do estado de Tocantins e, eleito em 1990 pelo PFL, em 1993 assumiu a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para João Rocha, foi o apoio dos líderes do PFL e de partidos aliados que lhe permitiu assumir, no primeiro mandato de representação de um estado novo, o cargo de presidente de uma comissão tão importante como a

CAE.

Ao tempo em que presidiu a comissão, salientou, foram implantados vários instrumentos de controle e de acompanhamento das dívidas da União, estados e municípios, o que tornou mais transparente a própria ação fiscalizadora do Banco Central. Na sua avaliação, a CAE transformou-se em fórum permanente de discussão das grandes questões nacionais, onde parlamentares e autoridades convidadas debateram o fortalecimento das micro e pequenas empresas, a Lei de Patentes, a Lei Geral das Telecomunicações e o Programa Nacional de Desestatização.

João Rocha também exerceu a presidência da Comissão de Fiscalização e Controle (no período 1997-1998), recém-criada e ainda em fase de estruturação. "Em



João Rocha presidiu a CAE e a Comissão de Fiscalização e Controle

conjunto com o Tribunal de Contas da União, foram fiscalizados dezenas de órgãos da administração federal, além de se ter acompanhado os desembolsos e os repasses de recursos federais para estados e municípios."

Confessando-se ardoroso defen-

sor do programa "Brasil em Ação", João Rocha afirmou que ele foi fundamental para seu estado, por contemplar projetos orientados para a integração de Tocantins às outras regiões do país. Entre esses projetos, o senador citou a hidrovía Tocantins-Araguaia e a retomada da construção da ferrovia Norte-Sul.

O senador lembrou que o seu mandato foi marcado, entre outros aspectos, pelo reconhecimento "ao esforço do governo federal de elidir virtuais privilégios concedidos a determinados setores econômicos, como o sistema financeiro nacional, e a diversos estados brasileiros", privilégios que contribuíram para a concentração de renda e agravaram os desequilíbrios regionais. A necessidade de uma reforma tributária que reduza os encargos sobre o

sistema produtivo e a preocupação com o endividamento e a política de juros do país foram outros vetores da sua atuação político-partidária, acrescentou.

Em aparte, o senador Lúdio Colho (PSDB-MS) disse que, pelo desempenho demonstrado, João Rocha deve continuar na vida pública. Jefferson Pêres (PDT-AM) e Nabor Júnior (PMDB-AC) lamentaram que as contingências da política tocantinense tenham impedido a reeleição do senador e elogiaram seu desempenho. Marluce Pinto (PMDB-RR), por sua vez, referiu-se à afinidade com João Rocha na luta pela consolidação de seus respectivos estados.

Na presidência da Mesa, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) associou-se às homenagens prestadas a João Rocha pelo plenário.

## Guerra se despede depois de quatro meses no Senado

Em sua despedida do Senado, sexta-feira, o senador Paulo Guerra (PMDB-AP) congratulou a Mesa Diretora e os demais senadores, e elogiou o desempenho do Congresso Nacional, principalmente por ter apreciado todas as propostas apresentadas pelo governo para combater a crise, durante a convocação extraordinária.

Ele citou o ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP), a quem substituiu no Senado, que considerava o Legislativo o mais vulnerável dos três Poderes, por sua transparência e por todas as discussões serem públicas.

Para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Paulo Guerra pode repetir a frase de Júlio César (imperador romano), pois chegou, viu e venceu. Para o senador pelo Amazonas, a despedida de seu colega vai ser muito breve.

– Substituir e suceder com muito brilhantismo um ex-presidente, como Vossa Excelência o fez, não é tarefa fácil – disse Cabral.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez um resumo da vida pública de seu colega, que, antes de chegar ao Senado, foi deputado federal e secretário de Educação no Amapá.

– Novas grandes missões – previu Rocha – serão destinadas a Vossa Excelência no Amapá. Foi



Paulo Guerra congratulou a Mesa e os colegas por terem votado toda a pauta da convocação extraordinária

uma grande alegria conviver contigo nesta Casa por quatro meses.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) destacou a lealdade demonstrada por Guerra a seu partido e ao Amapá.

– Pude testemunhar sua competência e amor pelo povo do Amapá – disse.

A substituição do senador Sarney foi, na opinião de Ademir Andrade (PSB-PA), realizada "à altura" por Paulo Guerra. Independentemente do fato de pertencer à oposição, Ademir fez questão de reconhecer o seu desempenho em defesa do Amapá.

Na presidência da sessão, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) associou-se, em nome da Mesa, às manifestações dos demais senadores, cumprimentando o senador que deixa o Senado pela "forma eficiente com que substituiu o senador José Sarney".

## Sandra Guidi elege a educação como tema de seu último discurso

A senadora Sandra Guidi (PPB-SC) transformou o seu discurso de despedida, pronunciado sexta-feira, em um veemente apelo por maiores recursos à educação. Segundo ela, o país vem desrespeitando normas constitucionais que garantiriam recursos para a eliminação do analfabetismo, cujo índice ultrapassa 14% da população com mais de 14 anos.

– Esse fato mostra a falta de interesse que se tem pela educação em nosso país. Mostra que não existem nas esferas governamentais o sentimento e a convicção de que educação é um dos pilares do bem-estar e da realização da pessoa humana. Reflete o desconhecimento de que uma educação deficiente é fator de isolamento e exclusão da pessoa e das nações – argumentou.

Na opinião de Sandra Guidi, que era suplente do senador Esperidião Amin (PPB-SC), a baixa qualidade da educação no Brasil deve-se à formação deficiente do professor e sua reduzida remuneração. Ela cita o Censo do Professor, realizado em 1997, segundo o qual existem no Brasil cerca de 113 mil professores leigos, sem qualquer qualificação para o magistério, dos quais 60 mil nem sequer completaram o ensino fundamental. Ainda de acordo



Sandra Guidi disse que o país não respeita normas constitucionais que permitiriam erradicar o analfabetismo

com o mesmo censo, mais da metade dos professores de educação básica não possui curso superior completo.

Mas é na baixa remuneração dos professores que Sandra Guidi centra suas maiores críticas. "Não há como exigir que profissionais mal pagos trabalhem com eficiência e dedicação. Com os professores não é diferente", alerta. Para a senadora, a educação é o setor mais prejudicado na estrutura geral do serviço público.

– Na planilha geral dos salários, os dos professores nunca estão entre os mais elevados. Há estados em que a remuneração ainda é inferior ao salário mínimo – lamenta a senadora.

Apesar do quadro difícil que relata, Sandra Guidi encontra razões para otimismo. Para ela, nes-

ta década, o analfabetismo vem se reduzindo a uma taxa de 1,08% ao ano; e a partir de 1994, o número de professores leigos caiu de 5,1% para 3,7% e a média salarial era ainda menor.

– É preciso, no entanto, que o esforço nacional em prol da melhoria do ensino seja incrementado. É necessário que haja um suplantar de expectativas. A inserção do Brasil no contexto global exige um nível cada vez mais elevado de educação do nosso povo. É por aí que a cidadania se manifesta, a democracia e o desenvolvimento avançam – assegurou.

Presidindo a sessão, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) destacou o comportamento sempre correto de Sandra Guidi e desejou à senadora catarinense pleno êxito nas suas próximas atividades.

## Descentralização de saúde é tema de debate na TV

A integração promovida pelo Sistema Único de Saúde permitiu a descentralização do setor, livrando as capitais da responsabilidade de assumir todos os problemas relacionados à saúde em cada estado. Essa foi a opinião manifestada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) no programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, à 1h e às 5h, 13h30 e 21h15.

Participou do debate o presidente

do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde e secretário de Saúde de Belém, Edmundo Gallo. Para ele, a municipalização da saúde no Brasil é uma experiência inovadora no mundo, que levou a um salto na qualidade dos serviços.

Gallo explicou que os municípios assumiram a responsabilidade de cuidar da população doente, ficando com a União a tarefa de prestar assessoria técnica.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Spinning Bike  
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Botânica - 1ª parte  
7h55 - Senado em Pauta  
8h - *Saúde Todo Dia* - Musculação  
8h30 - Jornal do Senado  
8h55 - Senado em Pauta  
9h - *Cores do Brasil* - Amazonas  
9h30 - *Entrevista* - O senador Lauro Campos fala sobre a crise, o Plano Real e a desvalorização da moeda  
9h55 - Senado em Pauta  
10h - *Cores do Brasil* - Diamantina  
10h30 - *Saúde Todo Dia* - Spinning Bike  
10h55 - Senado em Pauta  
11h - *Especial Unip* - Assunto: Insônia - 1ª parte  
11h30 - *Espaço Cultural*  
12h - *Cores do Brasil* - São Luiz do Maranhão  
12h30 - *Entrevista* com o senador Lauro Campos  
12h55 - Senado em Pauta  
13h - *Cores do Brasil* - Brasília  
13h30 - *Cidadania* - O senador Lúcio Alcântara e o presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, Edmundo Gallo, falam sobre a municipalização da saúde  
15h - Reuniões preparatórias - *Em destaque*: Posse dos 27 senadores, eleição para o presidente e demais membros da Mesa do Senado Federal (ao vivo)  
18h30 - *Entrevista* com o senador Lauro Campos

19h - *Palestra* - Combatendo o estresse  
20h30 - *Entrevista* com o senador Lúcio Alcântara sobre o projeto que obriga a impressão do nome genérico dos medicamentos nos rótulos, bulas e propagandas  
21h - Jornal do Senado  
21h15 - *Cidadania* - sobre a municipalização da saúde  
21h55 - Senado em Pauta  
22h - Reuniões preparatórias (representação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
15h - Cerimônia de posse dos novos senadores (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - "A Voz do Brasil"  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida - Música e informação  
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação

## Jefferson deixa PSDB "sem mudar de postura"

Senador disse concordar com presidente de honra do PDT, Leonel Brizola, nas críticas à privatização da Petrobras e do Banco do Brasil

"Mudo de partido sem mudar de postura", afirmou na sexta-feira o senador Jefferson Péres (PDT-AM), que na véspera comunicara seu desligamento do PSDB para ingressar no PDT. Identificado há algum tempo pela imprensa como "tucano rebelde", por adotar posições independentes em relação à orientação partidária, ele acrescentou que foi compelido a procurar uma nova legenda "por divergências insanáveis" com a direção do PSDB no Amazonas.

Jefferson Péres disse que está deixando o PSDB "sem queixas em relação ao governo". Admitiu que teve muitas divergências, mas garantiu que em "nenhuma ocasião" foi pressionado. No entanto, reconheceu que, ao concretizar suas discordâncias através de votos no plenário, criou constrangimentos dentro da bancada.

— Nunca abdiquei de criticar o governo, como agora não abrirei mão de criticar a oposição. E quando o governo apresentar uma proposta que beneficie o país, darei o meu apoio.

Todos os sete senadores que o apartearam foram unânimes em reconhecer a integridade moral e a retidão de princípios de Jefferson Péres. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) reconheceu que "é muito raro" ocorrer uma mudança de partido como esta.

— Em um país onde se troca de partido como se troca de camisa, a decisão do senador Jefferson Péres se constitui numa exceção. De tal modo isto é verdade, que a ninguém ocorreria cogitar que por trás dessa mu-

dança existe outra coisa que não seja a busca por um espaço mais propício para o exercício dos seus ideais.

Jefferson Péres lembrou que está tramitando no Senado o projeto de reforma política, que inclui entre suas propostas a fidelidade partidária, e sugeriu aos senadores que tomem algumas precauções para impedir que esse instituto venha a se tornar "uma

esquerda e ouviu do senador Lauro Campos (PT-DF), em aparte, que não era ele — Jefferson — quem estava deixando o PSDB, mas o partido que o abandonou ao se distanciar da social-democracia. Marina Silva (PT-AC) e Ademir Andrade (PSB-PA) também reconheceram as afinidades do senador com as esquerdas.

Marina lembrou que um companheiro de partido, "desse radicais, mesmo", havia lhe perguntado como era a atuação de Jefferson Péres no Senado. Isso porque, segundo a senadora, ele achava estranho que um homem como o senador, "correto e intransigente com suas idéias", fizesse parte da base parlamentar desse governo.

— É que também sou um xiita quando se trata de princípios — brincou Jefferson.

Em aparte, o senador Paulo Guerra (PMDB-AP) admitiu que o político pode se ver obrigado "a mudar de partido para não mudar seu ideário".

Por sua vez, Lúcio Coelho (PSDB-MS) observou que Jefferson foi vítima de problemas localizados dentro do PSDB, "tanto que ele passou para um partido menor" — disse.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) afirmou que Jefferson encontrará no PDT um espaço adequado para exercer suas posições políticas. Apesar de divergir de Leonel Brizola em alguns aspectos, Jefferson disse que o presidente de honra do seu novo partido tem a liderança de um homem marcante na história do país.

— Estou de pleno acordo quando Brizola condena a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica — ressaltou Jefferson.



Jefferson Péres foi elogiado por vários senadores em plenário após anunciar mudança de partido

ditadura". Ele fez o alerta considerando as razões que o levaram a deixar seu antigo partido para ingressar em outro, e observando que futuramente algo semelhante possa ocorrer com outro parlamentar.

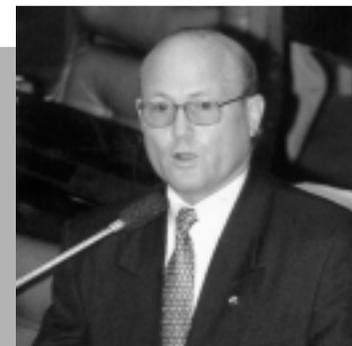
Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que esta troca de partido segue o caminho inverso ao da fisiologia. "A vida dos homens é escrita por seus gestos", disse Requião, que gostaria de ver Jefferson no PMDB, mas admitiu: "A essa altura o PMDB não o merece, porque se submeteu voluntariamente, apesar da crise que o país está atravessando".

Jefferson Péres disse que entrou no PSDB porque é um homem de

## Sebastião Rocha saúda ingresso de senador no PDT

O líder do PDT no Senado, Sebastião Rocha (AP), saudou na sexta-feira a decisão do senador Jefferson Péres (AM) de integrar-se ao seu partido como importante reforço à bancada e à

legenda. O senador também agradeceu a seus colegas a sua recondução ao cargo de líder do PDT no Senado na legislatura que se inicia no próximo dia 1º de fevereiro.



Sebastião Rocha agradeceu aos colegas pela sua recondução à liderança do partido



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

Satélite - B1  
Transponder - 1 BE (Banda Estendida)  
Polarização: Vertical  
Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz  
Antena - 3,6 m LNB  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB  
Symbol 3,2143MS-S  
SEC 3/4  
Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

NET BsB - canal 7  
SKYNET - canal 30  
DirectTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:  
Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
Receptor ABR 200, ComStream  
LBN DRO ComStream  
60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:  
Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz  
Satélite: Brasilsat B2  
Polarização: Vertical (RX)  
Modo: Joint-Stereo  
Taxa: 128 Kbps-BPSK  
Programação ABR:  
CC, 1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Alcântara vê documento da CNI como contribuição para projeto de desenvolvimento

## Alcântara aplaude "Agenda da Indústria"

O documento que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou recentemente, sob o título "Competitividade e Crescimento: A Agenda da Indústria", é uma demonstração de que a entidade pretende favorecer o debate dos problemas que aponta, em busca de soluções e da remoção de empecilhos com a urgência que a conjuntura requer. A avaliação é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O senador disse que o documento oferece ao país contribuições para o projeto de crescimento econômico, dirigidas "ao novo governo, ao novo Congresso e à sociedade". Observou, ainda, que a agenda, além dos subsídios que oferece à indústria, relaciona as posições defendidas por suas federações.

Para Lúcio Alcântara, o documento da CNI demonstra a convicção de que o setor, "arrostando todas as dificuldades", encontrará meios de se ver consolidado como um dos "maiores pólos manufatureiros da economia mundial".

– Nisso também acreditamos, pois a indústria brasileira, por suas lutas e conquistas memoráveis, será capaz de gerar e manter níveis relativamente elevados de emprego e de remuneração dos seus investimentos e dos trabalhadores, uma vez alcançado o aumento da produtividade e observadas as regras normais de competição internacional – afirmou.

Alcântara destacou que a CNI prescreve para o crescimento da indústria nacional um conjunto de políticas destinadas à elevação da competitividade, incluindo, na área tributária, a desoneração dos investimentos e das exportações, além da eliminação dos impostos cumulativos; o aperfeiçoamento da tributação sobre a renda; o aumento da eficácia dos tributos sobre a propriedade e o encurtamento do processo de transição para um novo sistema tributário.

# Emília defende "negociação séria" entre governo federal e estados

Para senadora, cabe ao presidente da República iniciar "um diálogo franco, que passa pelo rompimento imediato da política de rendição aos especuladores internacionais"

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) fez na sexta-feira um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para levar adiante negociações sérias com os governadores dos partidos situacionistas, na reunião marcada para o próximo dia 8, e com os governadores de oposição, no encontro previsto para o dia seguinte.

– O aceno aos governadores é bem-vindo, mas vem acompanhado de uma informação extremamente grave, que compromete a imagem do governo de forma profunda. Dizem os jornais que Fernando Henrique Cardoso pretende encaminhar ao Congresso nova proposta de reforma previdenciária, segundo sugestão do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton! – indignou-se Emília.

Esse fato, segundo a senadora, "é um acinte, uma provocação, uma ingerência que só teve precedentes no apoio aos golpes militares no Brasil e outros países da América La-

tina, merecendo o repúdio de quem ainda tem um mínimo de sentimento de brasilidade, de soberania e de independência".

Para Emília, a sociedade, depois do "estelionato eleitoral" praticado, não está mais disposta a fazer sacrifícios em vão, sob promessas de baixa dos juros que só aumentam e de melhoria das condições de vida que só se agravam com o desemprego e o arrocho salarial.

– A submissão ao FMI e, agora, às ordens diretas do governo norte-

americano, mostra que o atual governo perdeu completamente a autoridade perante o mundo e a sociedade brasileira – salientou.

A senadora criticou, ainda, a decisão do Banco Mundial de sustar a liberação de parcelas relativas a empréstimos aos governos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

– Esta medida foi exigida pelo Ministério da Fazenda ao Bird, em represália à moratória de Minas e à decisão do Rio Grande do Sul de depositar seu pagamento em juízo – afirmou.

Segundo Emília, há dois canais de informação e poder no país.

– Um, representado por Fernando Henrique Cardoso, que quer o diálogo e marca reuniões com os governadores, e outro, representado pela equipe econômica, que ouve o FMI e obedece ordens do governo dos Estados Unidos. Cabe a Fernando Henrique Cardoso chamar o Congresso, governos estaduais, empresários e sindicatos e o próprio povo brasileiro para um diálogo franco, que passa pelo rompimento imediato da atual política de rendição aos especuladores internacionais.



Emília considera bem-vindo o aceno da União aos estados, mas pede seriedade

## Requião lembra advertência que fez em outubro sobre a gravidade da crise

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) lembrou na sexta-feira, em plenário, seu discurso "premonitório" do dia 28 de outubro do ano passado, em que afirmava que a situação do Brasil era muito mais grave do que o governo então admitia. E fez um apelo: "Presidente Fernando Henrique Cardoso, diga toda a verdade e inste seus ministros a descerem de seus pedestais. Estamos numa entaladela, da qual não sairemos com fórmulas enlatadas do FMI".

Para Requião, o governo parece ter perdido o controle da situação em sua política de submissão ao FMI. "Muitos, entre eles Henry Kissinger (ex-secretário de Estado norte-americano), afirmam que o FMI acabou. O Congresso embarcou num ajuste fiscal pífilo, um nada. Que representam esses cortes do Orçamento, quando os juros no mercado futuro já apontam para 59%?", perguntou.

Requião cobra do governo "toda a verdade" sobre a economia



O senador pelo Paraná lembrou o grande silêncio que se seguiu ao seu discurso de outubro, quando fez extensa análise da conjuntura nacional, garantindo que pouco sabíamos sobre a "caixa preta" da economia brasileira. "O governo chamou seus críticos de 'fracassomaníacos', assegurando que o Brasil era uma ilha, a salvo de crises como as do México, Coréia, Tailândia, Filipinas e Rússia."

Requião disse que até mesmo a imprensa ignorou seu pronuncia-

mento, com exceção de um solitário artigo do jornalista Carlos Chagas, em que elogiava a análise e também alertava para os riscos da política econômica de então. "Tratava-se de uma premonição. A economia desabou e sobre nossas cabeças caiu um pacote, onerando ainda mais a população brasileira", comentou. O senador não quis repetir todo o seu discurso de outubro, mas avisou que sua íntegra está na Internet, podendo ainda ser obtido através de seu gabinete no Senado.



Lauro Campos fala sobre a situação econômica à TV Senado

## Plano Real foi baseado num equívoco, afirma Lauro

O Plano Real foi baseado em um diagnóstico equivocados, tratado com um medicamento errado. Essa foi a explicação para a crise enfrentada hoje pelo país dada pelo senador Lauro Campos (PT-DF), em entrevista à TV Senado.

Segundo o senador, os economistas diagnosticaram um excesso de consumo e, para contê-lo, 'prescreveram' medidas como a elevação da taxa de juros e o congelamento de salários. "Fizeram tudo para achatar o consumo e, assim, combater a inflação." Mas o resultado, de acordo com Lauro Campos, foi o empobrecimento do povo, que "pagou um alto preço pela experiência do Plano Real".

Em relação ao câmbio, o senador afirmou que a paridade com o dólar não poderia durar muito tempo. "Essa medida causou uma onda de importações que teve como consequência o aumento da dívida externa", afirmou. Outro efeito secundário gerado pelo câmbio sobrevalorizado foi a destruição da indústria brasileira, lamentou Campos.

A entrevista com Lauro Campos vai ao ar hoje, à 1h e às 5h, 13h30 e 21h15.

# Marina denuncia extração ilegal de madeira

Senadora acusa madeireiros peruanos de invadirem território do Acre para cortar duas mil árvores da região, inclusive mognos. Ministérios do Meio Ambiente e do Exército prometem agir para reprimir comércio ilegal

A exploração ilegal de madeira na Amazônia por contraventores peruanos foi o tema do discurso da senadora Marina Silva (PT-AC) na sessão plenária de sexta-feira.

A senadora disse que pediu providências aos ministros do Exército, Gleuber Vieira, e do Meio Ambiente, Sarney Filho, ao ministro interino das Relações Exteriores, Luiz Felipe Seixas, e ao diretor-geral da Polícia Federal, Vicente Chelotti.

Marina teve audiência com os ministros e o diretor da Polícia Federal, juntamente com o deputado federal Marcos Afonso e a deputada estadual Malu Gouveia, ambos do Acre, e pediu maior fiscalização na fronteira do estado com o Peru.

As autoridades receberam um dossiê relatando as irregularidades que estão ocorrendo na região. A principal denúncia é a derrubada de duas mil árvores –

equivalente à retirada de dez mil metros quadrados de madeira –, principalmente de mogno, resultando num prejuízo de US\$ 12 milhões.

A região mais afetada, disse Marina, é o parque ambiental da Serra do Divisor, no município de Cruzeiro do Sul (AC), considerada a área de maior concentração de biodiversidade do planeta.

As autoridades, segundo a senadora, ficaram sensibilizadas diante do problema. Segundo Marina, o ministro Sarney Filho se comprometeu a atuar, junto com o Ministério do Exército, no combate ao corte irregular da madeira. O embaixador Luiz Felipe Seixas prometeu enviar um expediente ao governo do Peru informando sobre a situação e pedindo providências.

## POLÍCIA FEDERAL

A senadora e os deputados do Acre sugeriram ao diretor da Polí-

cia Federal uma ação emergencial e a atuação de policiais federais de outros estados na guarda da fronteira com o Peru.

Atualmente, há apenas dois policiais federais na região, observou a senadora petista. Segundo Marina, o ministro do Exército disse que está esperando mais recursos para colocar um destacamento na região.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) elogiou a iniciativa de Marina Silva e pediu providências às autoridades, alertando que os contraventores de madeira de hoje poderão fazer tráfico de drogas na região, já que não há qualquer fiscalização.

Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a senadora contará com



Marina disse que o ministro do Meio Ambiente se comprometeu a atuar, junto com o Exército, no combate ao corte irregular de madeira

sua ajuda no Senado em todas as questões de defesa ambiental e Lúdio Coelho (PSDB-MS) considerou desrespeito à fronteira brasileira a invasão dos madeireiros.

Ao encerrar seu discurso, Marina lembrou que o Acre tem dois

mil quilômetros de fronteira com o Peru e a Bolívia.

– Se as autoridades não adotarem medidas para proteger as fronteiras do país, o Brasil poderá transformar-se numa espécie de Colômbia – afirmou.

Nabor Júnior, em aparte, elogiou a iniciativa de Marina Silva e pediu providências às autoridades



## Paulo Guerra pede ação contra "invasões" no Acre

O senador Paulo Guerra (PMDB-AP) anunciou na sexta-feira que pedirá ao governo federal e ao governo do Acre que deflagrem ações conjuntas para apurar e evitar a invasão de madeireiros peruanos na fronteira do Acre:

– Essa invasão, além de se configurar em uma quebra de soberania, representa um saque às riquezas da Amazônia, preocupante quanto à integridade nacional – afirmou Guerra, em plenário, referindo-se às denúncias da senadora Marina Silva (PT-AC) e do senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Guerra também aproveitou o seu último discurso no Senado para elogiar a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que institui uma Política Na-

cional de Educação Ambiental.

Na opinião do senador pelo Amapá, o projeto, de autoria do deputado Fábio Feldmann, destaca-se entre os mais importantes da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

A proposta prevê ações de amplo alcance na educação ambiental, desde a capacitação de professores até a realização de pesquisas e produção de material didático. Em vez de transformar a

matéria em mais uma disciplina, a educação ambiental deve, segundo o projeto, ser disseminada nas diversas disciplinas do ensino formal. O financiamento está previsto na proposta e terá origem em 20% do valor das multas aplicadas por descumprimento da legislação sobre meio ambiente.



Guerra: invasões são quebra de soberania



Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

## Fala, Cidadão

0800 612211

MARIA DE LOURDES PIRES DA SILVEIRA, DE ARACAJU (SE)

*Maria de Lourdes Pires da Silveira, de Aracaju (SE), lamentou a exploração descontrolada da madeira na região amazônica. Ela quer saber se não existe uma lei que proteja essa riqueza natural. Quem responde a questão é o senador Ademir Andrade, do PSB do Pará.*

ADEMIR ANDRADE: A lei existe e é muito rigorosa para com os responsáveis por atos lesivos não só à flora, mas ao meio ambiente como um todo.

Em março de 1998 entrou em vigor a Lei nº 9.605/98, que constituiu um enorme avanço em relação à legislação antes vigente, a qual nem considerava crime as agressões ao meio ambiente. Até então se tentava inibir essas investidas através de multas, que quase nunca eram pagas, já que eram instituídas por atos administrativos, portarias muito pouco observadas.

Convertendo tais condutas em crime, a nova lei prevê para os infratores pena de até cinco anos de reclusão. Estabelece, também, multas que podem chegar a 50 milhões de reais, ficando os condenados, ainda, impedidos de participar do sistema oficial de crédito e de licitações, além de sujeitos ao encerramento de suas atividades.

Apesar da severidade, o texto se

adequa satisfatoriamente a cada tipo de infração, ao prever tratamento diferenciado conforme a culpabilidade e a gravidade do ilícito. Impõe a reparação de danos, mas permite, na maioria dos casos, a aplicação de penas alternativas.

Embora a lei seja satisfatória, há que se fazer muitas correções em outros campos, principalmente no sistema de fiscalização, totalmente incapaz de garantir a efetivação do que está prescrito. O que ocorre é que o Ibama, órgão competente para fiscalizar e o único que pode dar permissão para que a pessoa extraia madeira, não tem funcionários suficientes nem recursos para fazer uma fiscalização eficaz. Por falta dela, a grande maioria das madeiras em atividade na Amazônia continuam funcionando irregularmente. Além de trabalharem sem a exigida licença, desatendem às mais elementares regras de manejo, fazendo a chamada exploração predatória.

A preservação do meio ambiente também depende, em muito, da perspectiva econômica da nação. A verdade é que grande parte do desmatamento é obra de pessoas sem recursos, que fazem das derrubadas o exclusivo meio de subsistência.

Através de normas recentes, o governo federal vem concedendo incentivos para estimular os proprietários a manterem reservas flores-



Ademir disse que a nova legislação considera crime ataque ao meio ambiente

tais maiores que o mínimo legalmente exigido. Mediante a prova de manejo sustentável, as florestas passaram a ser consideradas áreas produtivas, tanto para efeito do pagamento de Imposto Territorial Rural (ITR) quanto no que diz respeito à desapropriação para a reforma agrária. Estamos nos conscientizando de que não há como derrubar árvore sem agredir a natureza.

Além do aperfeiçoamento da legislação brasileira, o caminho rumo ao desejado equilíbrio ecológico passa, também, pela implementação de ações visando à recuperação das áreas já degradadas.